



ANÁLISE DOS NÚMEROS DE CIRURGIAS DE REDESIGNAÇÃO SEXUAL DO SEXO FEMININO E MASCULINO REALIZADOS NO SUS ENTRE OS ANOS DE 2015 E 2019

Natália Leite Nascimento¹, Gustavo Machado Trigueiro¹, Rafaela Fidelis Vieira de Souza¹, Carla Danielle Dias Costa²

¹ Discentes – UNIFIMES, Campus Trindade (e-mail: natália_leite@outlook.com)

² Docente – UNIFIMES, Campus Trindade

Modalidade do trabalho: () Extensão (X) Pesquisa

Transexuais são pessoas que possuem uma identidade de gênero que não corresponde ao sexo biológico, o que acabam por, muitas vezes, devido ao padrão heteronormativo imposto pela sociedade, sujeitas à preconceitos, discriminação e violência (1). Visto essa situação, o Sistema Único de Saúde (SUS), desde 2008, implantou o Processo Transexualizador, regulado pela Portaria GM/MS nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, o qual garante a integralidade e humanização sem discriminação, integração interdisciplinar e multifatorial, inclusão de procedimentos cirúrgicos ou não, como a hormonioterapia e a redesignação sexual, respectivamente (2). O presente trabalho tem como objetivo analisar os dados de cirurgias de redesignação sexual em homens e mulheres feitas no Brasil entre os anos de 2015 e 2019. Trata-se de um estudo epidemiológico retrospectivo quantitativo, cujos dados foram extraídos do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) por meio da Tecnologia da Informação a Serviços do SUS (TABNET), a partir das cirurgias de redesignação sexual do sexo feminino e masculino, realizadas no período entre janeiro de 2015 e dezembro de 2019. As variáveis coletadas foram: procedimento, ano, sexo masculino, sexo feminino. De acordo com os dados coletados, apenas 1 cirurgia de redesignação sexual do sexo feminino foi feita no âmbito do SUS no período supracitado, ocorrendo em dezembro de 2019. Já a cirurgia de redesignação sexual do sexo masculino, tem um maior índice sendo de 171 no período estipulado, portanto uma média de 3 por mês. Analisou-se que o ano com a maior taxa do procedimento foi em 2017 com 39 operações, seguido respectivamente de 2016 e 2019 com 38, 2018 com 34 e por último 2015 com 23 cirurgias, totalizando assim as 172. Observa-se que apesar de ter sido incorporada ao SUS desde 2008, a redesignação sexual de ambos os sexos ainda é uma prática pouco difundida no meio, sendo menos frequente a cirurgia no sexo feminino, entretanto é válido destacar que a realização desse procedimento é englobada pelos princípios do SUS o que garante a universalidade, a integralidade, a igualdade de acesso e a preservação de autonomia do sistema (3). Ademais a redesignação sexual trás para os transexuais, além do seu direito garantido, o autoconhecimento com a melhora da autoestima, autoimagem, interferindo diretamente na qualidade de vida dos pacientes (4). Outrossim, é nítido que o baixo índice não vem apenas da árdua preparação que precede a cirurgia, os números transparecem a dura realidade dos transexuais que vivem em uma sociedade de padrões machistas e heteronormatistas, lutando dia após dia para conseguir seu espaço por direito. Em suma, o presente estudo visa alertar a necessidade de trazer o conhecimento sobre a cirurgia de redesignação sexual, em ambos os sexos, para a sociedade com o intuito de disseminar essa prática de direito



aos interessados levando uma melhor qualidade e perspectiva de vida, além de quebrar barreiras preconceituosas e machistas.

Palavras-chave: Identidade de Gênero, Transexual, Redesignação sexual.

Referências:

- (1) BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. (org.). **PORTARIA Nº 2.803, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013.** 2013. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html. Acesso em: 28 set. 2020.
- (2) POPADIUK, Gianna Schreiber; OLIVEIRA, Daniel Canavese; SIGNORELLI, Marcos Claudio. **A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios.** 2017. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2017.v22n5/1509-1520/>. Acesso em: 28 set. 2020.
- (3) ANDRADE, Thaís C. Oliva Rufino; ANDRADE, Paulo A. Rufino de. **Processo Transexualizador no SUS: Um mecanismo de garantia da inclusão e plena dignidade de transgêneros e travestis.** 2017. Disponível em: <https://ojs.unisanta.br/index.php/ENPG/article/view/1104/1033>. Acesso em: 28 set. 2020.
- (4) CRUZ.FERREIRA, Syndell Cássia. **O Processo transexualizador no SUS e a saúde mental de travestis e transexuais.** 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-943841>. Acesso em: 28 set. 2020.